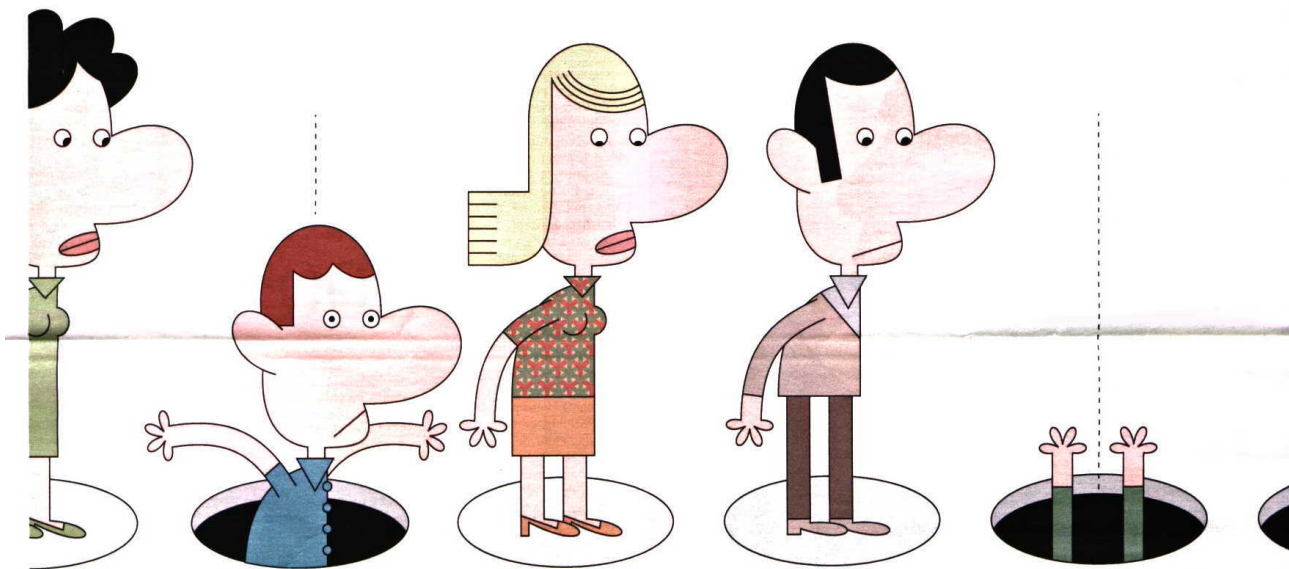


Crise Com a diminuição dos apoios sociais, o aumento do desemprego, sem fim à vista, pode tornar-se um barril de pólvora

O risco de uma explosão social

Economia paralela amortece choque



Textos **RICARDO JORGE PINTO**
e **MARIA BARBOSA**
Ilustração **CRISTINA SAMPAIO**

O Presidente da República disse esta semana ser essencial que "se fale verdade sobre o desemprego". Mas parece haver muitas verdades sobre este problema social que passam para além das estatísticas do Instituto do Emprego ou do Eurostat. E quem acompanha esta questão está sobretudo preocupado com os rostos do desemprego e com o impacto social da diminuição dos apoios do Estado.

O risco de um clima de perturbação social cresce cada dia que o desemprego aumenta e que as medidas de apoio diminuam. Os especialistas dizem que a explosão apenas está a ser retardada pelo sentimento de conformismo e por esquemas alternativos de obtenção de rendimentos — fatores que em nada ajudam o desenvolvimento do país.

A primeira grande questão entre os estudiosos do fenómeno é saber se o de-

semprego provoca pobreza. "O desemprego provoca uma trajetória de pobreza", corrige Jorge Caleiras, investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, que está a terminar um doutoramento sobre o efeito do desemprego na sociedade portuguesa. O académico fala dos sucessivos saltos de perda de rendimento de quem fica sem emprego: com o subsídio de desemprego recebe apenas 65% do salário, depois perde mais dinheiro quando passa para o subsídio social de desemprego e termina em condições ainda mais difíceis quando a situação se prolonga e o desempregado recorre ao Rendimento Social de Inserção.

"Mas o maior choque é logo no momento inicial da perda do emprego", assinala Pedro Araújo, sociólogo que se dedicou a analisar as experiências dos desempregados da antiga cerâmica Estaco, em Coimbra. "É nesse momento que eles precisam mais de ajuda. Perdem a confiança em si", conclui o investigador, referindo-se ao impacto psicológico do problema.

A maior dificuldade de adaptação acontece entre as pessoas de classe média. "Quando, em 2007, o Expresso fez uma manchete com os 'Novos pobres',

Regras mais apertadas para receber apoios

Mais de **dois milhões de beneficiários** de prestações familiares, subsídio social de desemprego ou RSI começaram ontem a ser chamados pela Segurança Social para fazer prova dos seus rendimentos. **As regras apertaram** e a maioria vai ver os apoios sociais revistos ou a acabar

O QUE MUDOU

Muda o conceito de família
O conceito de agregado familiar é alargado. Passam a contar os rendimentos de todas as pessoas que vivem com o beneficiário, incluindo parentes diretos ou por afinidade (pais, filhos, irmãos, tios, sobrinhos, avós, netos, bisavós ou bisnetos) até ao terceiro grau.

Todos os rendimentos contam
Além dos salários, passam a ser contabilizados outros rendimentos do agregado familiar, como pensões, prestações sociais, apoios à habitação e bolsas de estudo.

Cortes no RSI
É nesta prestação social que os cortes são mais visíveis. Com a nova lei, em vigor desde 1 de Agosto, o RSI desce nas famílias com dois adultos e com três ou mais crianças. Já que diminuem os tetos do valor atribuível. Subsídios de férias e Natal contam na avaliação dos rendimentos. A fiscalização do RSI é feita semestralmente e no momento da renovação anual. A recusa de emprego ou formação dita o fim do apoio. Segundo o Programa de Estabilidade e Crescimento, as alterações nas prestações sociais vão gerar uma poupança de €90 milhões em 2010 e de €199 milhões em 2011.

QUEM RECEBE?

389

mil beneficiários de Rendimento Social de Inserção. A prestação média é de 95 euros

109

mil beneficiários do subsídio social de desemprego (mais 8% do que em 2009)

75

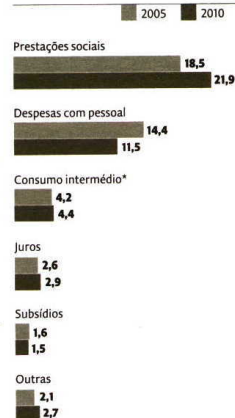
mil estudantes universitários recebem bolsas de estudo

1,7

milhões de portugueses recebem abono de família

DESPESA CORRENTE

Em % do PIB



*DESPESAS COM OUTSOURCING, CONSULTORIA, ENTRE OUTRAS
FONTE: PROGRAMA DE ESTABILIDADE E CRESCIMENTO

Idosos e crianças são os elos mais fracos

A subida do desemprego e a descida dos rendimentos, onde se inclui o corte nos subsídios sociais, deverá fazer aumentar o número de utentes das instituições de solidariedade social. Em 2009, as IPSS responderam ao apelo de 600 mil pessoas, mais 50 mil que em 2008. Para este ano, o número deverá ser ultrapassado. "É entre as crianças e os idosos que os problemas se vão agravar. As famílias desestruturadas estão entre as que mais facilmente empobrecem", confirma José Cordeiro, da direção da Cáritas. Esta instituição social quer ver o OE para 2011 mais virado para o combate à pobreza, apesar do frágil estado das contas públicas. "A recuperação económica não pode ser feita à custa do compromisso de medidas sociais importantes para as classes média/baixa e pobre", admite. Uma opinião partilhada por quem trabalha no sector social e prevê uma breve o agravamento das condições económicas. "A pobreza está a afetar pessoas que, até há pouco tempo, pertenciam à classe média e que foram também apanhadas pela crise", reconhece o presidente da União das Misericórdias, Manuel Lemos. Para atenuar o impacto das medidas inscritas no PEC, as IPSS devem receber €1,3 mil milhões este ano, segundo números do Governo. Um valor que se traduz num reforço significativo (7%) face a 2009, mas "insuficiente" para responder à crise.

ninguém quis acreditar no problema!", exclama Isabel Jonet, responsável do Banco Alimentar Contra a Fome, que chama a atenção para o efeito que poderá ter a redução dos apoios estatais para os desempregados, sobretudo nas classes que estavam habituadas a um certo nível de vida. "Apesar de tudo, as famílias mais pobres conseguem lidar melhor com o fenómeno do desemprego. Porque as famílias com mais rendimentos têm mais dificuldade em obter apoios", diz Isabel Jonet.

Jorge Caleiras concorda e refere ainda o impacto que o desemprego na classe média tem nos índices de desenvolvimento de um país: "Eles alteram o modo de vida, passam a consumir muito menos, com a repercussão que isso tem na economia". Num outro plano, o politólogo Pedro Adão e Silva repara que as pessoas entram em esquemas de economia alternativa, como os célebres biscates, para fugir à dependência do Estado, mas também sem proteção social e sem contribuir com impostos.

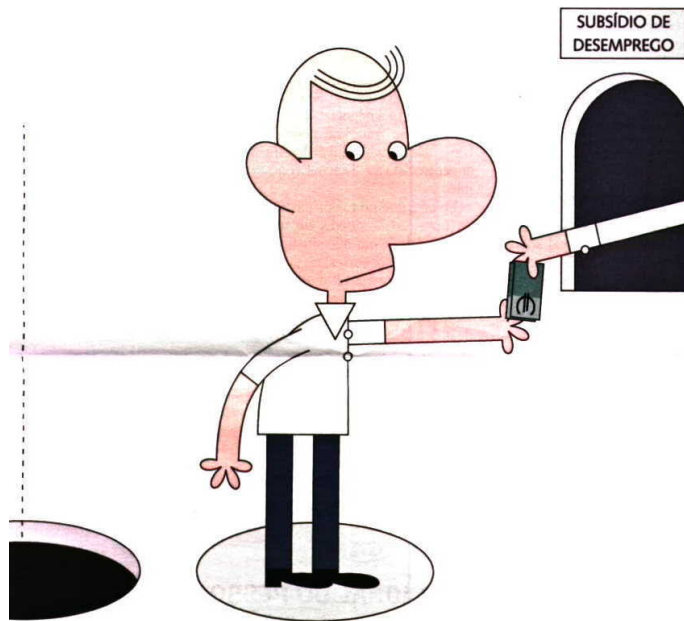
Isto pode ser um fator de explosão social. Mas Jorge Caleiras detetou que o conformismo das pessoas se acentua à medida que se prolonga o período de desemprego. E verificou que, muitos dos

desempregados com mais de 55 anos já só pensam na reforma antecipada.

"A questão está na falta de investimento a que se tem assistido", explica Silva Peneda, do Conselho Económico e Social, referindo que a excessiva preocupação com os défices orçamentais está a asfixiar a capacidade de gerar mais emprego. "Com estas políticas europeias, não vejo qual possa ser a solução", diz este especialista, antigo ministro do Emprego num Governo de Cavaco Silva. "Por isso é que já fiz um relatório em que recomendava que, na região Norte, onde este problema é muito grave, o investimento público não contasse para o défice", diz.

Por outro lado, há os custos económicos do desemprego. O líder do BE, Francisco Louçã, doutorado em Economia Política, pegou num estudo de João Ferreira do Amaral para concluir que, com uma taxa de 10% de desemprego, considerando os níveis médios de produtividade e somando o custo da proteção social requerido e a perda nos descontos para a Segurança Social, Portugal perde anualmente cerca de 21 mil milhões de euros — cerca de 13% do Produto Interno Bruto.

rjpinto@expresso.impresa.pt



TRÊS PERGUNTAS A

M^a Carmo Tavares

Comissão Executiva da CGTP

■ O que motiva a CGTP a recorrer ao provedor de Justiça?

■ Com as medidas do PEC, o Governo passa a imagem de que as famílias que recebem apoios vivem folgadas. Isso é falso. As novas regras alteraram a forma de cálculo do rendimento *per capita* e o conceito de agregado familiar e, por isso, muitas pessoas perderam o subsídio social de desemprego ou viram o seu valor reduzido sem qualquer aviso. Não se pode alterar as regras em Agosto e, um mês depois, pedir prova de rendimentos. E também não se compreende a obrigatoriedade de apresentar por via eletrónica a prova.

■ Estas medidas podem contribuir para uma situação de explosão social?

■ É óbvio. São milhares as famílias em pânico, a sentir os alicerces a abanar. Sem o subsídio social de desemprego e sem trabalho, quem dá a mão a estas pessoas?

■ As fraudes vão ser mais detetáveis?

■ Julgo que não. Os que recebem subsídios de forma indevida arranjam forma de dar a volta ao sistema. São os mais fragilizados que vão pagar a crise.

O QUE DIZ O PEC

Despesas sociais

■ Vão registar uma redução, passando de 21,9% do PIB em 2009 para 21,4% em 2013. Pretende-se aplicar uma política de controlo da evolução da despesa em nome do equilíbrio das contas públicas.

■ É definido um teto na transferência do Orçamento do Estado para a Segurança Social. Se em 2010 o valor não ultrapassa os €7498,7 milhões, em 2013 desce para €6900 milhões. A despesa com o Rendimento Social de Inserção também vai diminuir de volume nos próximos anos: se este ano o Estado vai gastar €495,2 milhões, em 2013 baixa para os €370 milhões.

Fraude

■ Em 2009 foram feitas fiscalizações a 40 mil prestações, tendo sido detetadas irregularidades em 14% dos casos.

■ O Ministério vai divulgar o balanço do primeiro semestre de 2010 relativo ao combate à fraude e evasão contributiva, onde serão apresentados os resultados das ações de fiscalização nas prestações sociais.

O risco de uma explosão social

Com o desemprego a aumentar, sem perspectivas de um crescimento económico forte a curto prazo e com o apertar das regras para atribuição de subsídios do Estado, Portugal corre o risco de uma explosão social. **PS**